



DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022.

Aprova o repasse de recursos oriundos do Tesouro Estadual a título de complementação do Limite Financeiro da Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar e leitos de Unidade de Terapia Intensiva e de Unidade de Cuidados Intensivos programado na PPI/MG.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993 e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização interfederativa, e dá outras providências; o constante déficit financeiro observado na comparação entre a produção de média e alta complexidade do SUS/MG em relação aos limites financeiros, de origem federal, estabelecidos na PPI/MG;

- o benefício do aumento da previsibilidade da receita para a execução dos serviços de saúde por parte dos entes federados;

- o papel do Estado de Minas Gerais na obrigatoriedade constitucional do financiamento tripartite do Sistema Único de Saúde (SUS/MG); e

- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 292ª Reunião Ordinária, ocorrida em 07 de dezembro de 2022.

MINUTA CIB



DELIBERA:

Art. 1º - Fica aprovado o repasse de recursos oriundos do Tesouro Estadual a título de complementação do Limite Financeiro da Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar e leitos de Unidade de Terapia Intensiva e de Unidade de Cuidados Intensivos programado na PPI/MG.

§ 1º - Para o exercício de 2023, a metodologia, os valores e o regramento do repasse estão estabelecidos no Anexo Único desta Deliberação.

§ 2º - Os repasses dos anos posteriores, bem como os critérios de divisão e regramentos para pagamento serão estabelecidos em publicação específica para este fim.

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2022.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

MINUTA CIB

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 07 DE DEZEMBRO DE
2022 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).



RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre o repasse de recursos oriundos do Tesouro Estadual a título de complementação do Limite Financeiro da Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar e leitos de Unidade de Terapia Intensiva e de Unidade de Cuidados Intensivos programado na PPI/MG.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, os incisos I e II do art. 46 da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993 e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

- o Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 07 de dezembro de 2022, que aprova o repasse de recursos oriundos do Tesouro Estadual a título de complementação do Limite Financeiro da Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar e leitos de Unidade de Terapia Intensiva e de

MINUTA CIB



RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o repasse do complemento financeiro recursos oriundos do Tesouro Estadual a título de complementação do Limite Financeiro da Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar e leitos de Unidade de Terapia Intensiva e de Unidade de Cuidados Intensivos programado na PPI/MG.

§ 1º- Os recursos dispostos nesta resolução são complementares aos valores programados na PPI/MG e serão distribuídos conforme metodologia constante no Anexo I desta Deliberação.

§ 2º - Devem ser destinados ao custeio da assistência da população própria e referenciada, conforme pactos existentes, e serão distribuídos conforme metodologia constante no Anexo I desta Deliberação.

§ 3º - O desempenho da produção apurada constante do escopo do presente repasse financeiro, poderá ser utilizado para fins de recálculo do complemento de teto em anos subsequentes.

§ 4º - O desempenho da produção apurada constante do escopo pode ensejar em possíveis supressões do recurso do federal não compatível com a produção apurada por município de atendimento e, para tanto, para fins de execução operacional desta hipótese, serão publicados os regramentos específicos tempestivamente.

Art. 2º - Para o exercício de 2023, o repasse financeiro aprovado por esta Resolução terá o limite global de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) distribuídos aos beneficiários de forma proporcional, conforme valores dispostos nos Anexos II e III desta Resolução.

Art. 3º - O repasse financeiro destinado a municípios que detém a gestão de seus prestadores totaliza R\$ 82.070.435,75 (oitenta e dois milhões, setenta mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos), detalhados no Anexo II e serão repassados em parcela única do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde, e correrá por conta das dotações orçamentárias n°s 4291.10.302.158.4452.0001 339039 10.1 e 4291.10.302.158.4452.0001 334141 10.1.

§ 1º - O repasse financeiro de que trata esta Resolução será transferido do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde após assinatura do Termo de Compromisso,

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SIGRES), ou outro sistema informatizado disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG), observada a legislação aplicável, em consonância com o disposto no art. 7º do Decreto Estadual nº 45.468/2010.

§ 2º - O instrumento de repasse de que trata o caput deste artigo deverá ser assinado no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de sua disponibilização, facultada à SES-MG a prorrogação do prazo pelo mesmo período.

§ 3º - Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior, o beneficiário deixará de fazer jus ao montante financeiro e o instrumento de repasse ficará indisponível para assinatura, após bloqueio no sistema.

§ 4º - A alocação de recursos para os beneficiários constantes do Anexo II desta Resolução condicionar-se-á a regularidade no CAGEC, em observância aos arts. 25 e 26 da Lei Estadual nº 23.685, de 07 de agosto de 2020.

§ 5º - Será de responsabilidade dos municípios a definição da metodologia de repasse do recurso aos prestadores sob sua gestão, observado o montante financeiro ora estabelecido

Art. 4º - Para fins de monitoramento do repasse financeiro aos Fundos Municipais com gestão dos seus prestadores será considerado o indicador descrito no Anexo IV desta Resolução, a ser apurado por meio dos sistemas oficiais de registro da produção do SUS, observado o disposto no Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, na Resolução SES/MG nº 7.094, de 29 de abril de 2020 e no Decreto Estadual nº 46.304, de 28 de agosto de 2013, conforme o caso.

Art. 5º - O prazo para execução dos recursos financeiros previstos no artigo 3º desta Resolução será de, no máximo, 12 (doze) meses, contados da data do efetivo recebimento do recurso pelo município beneficiário.

§ 1º - Os rendimentos provenientes de saldo de aplicação financeira devem ser utilizados de acordo com o previsto nesta Resolução.

§ 2º - Os valores que não forem executados no prazo estabelecido deverão ser restituídos ao Fundo Estadual de Saúde, no ato da apresentação do processo de acompanhamento, controle e avaliação.

Art. 6º - Os procedimentos para a verificação da adequada execução financeira prevista no artigo 3º desta resolução observarão o disposto no Decreto Estadual nº 45.468/2010, e na Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014, ou em Regulamento (s) que vier (em) a substituí-lo (s), além do Decreto Estadual nº 46.304, de 28 de agosto de 2013, conforme o caso.

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

§ 1º - Os beneficiários deverão inserir e validar os dados referentes à prestação de contas no sistema informatizado disponibilizado pela SES/MG, nos termos dos normativos vigentes.

§ 2º - Em sede de prestação de contas serão aceitas as comprovações referentes ao custeio e manutenção de serviços de saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.

Art. 7º - Os beneficiários do repasse financeiro previsto no artigo 3º desta resolução devem manter arquivados os documentos relacionados no art. 25 do Decreto Estadual nº 45.468/2010, repassados pelo Fundo Estadual de Saúde (FES) pelo prazo de dez anos, contado da data em que foi aprovado o processo de prestação de contas.

Parágrafo único - Constatadas irregularidades, o processo será baixado em diligência pela SES/MG, sendo fixado prazo de trinta dias para apresentação de justificativas, alegações de defesa, documentação complementar que regularize possíveis falhas detectadas ou a devolução dos recursos liberados, atualizados monetariamente, sob pena da instauração de tomada de contas especial, em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº102, de 17 de janeiro de 2008.

Art. 8º - O repasse do complemento financeiro destinado aos prestadores sob gestão estadual está discriminado no Anexo III, somando R\$ 17.929.564,25 (dezessete milhões, novecentos e vinte nove mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), e será realizado diretamente às entidades beneficiárias.

§ 1º - O recurso destinado às entidades sob gestão estadual será repassado observada a legislação vigente, conforme produção excedente aprovada nos sistemas de informação do SUS, onerando a dotação orçamentária nº (fonte estadual, repasse a entidade), no limite do valor financeiro previsto no Anexo III, nos termos da metodologia do Anexo I.

§ 2º - Para os prestadores sob gestão estadual cujos municípios se tornarem de gestão municipal após a publicação desta Resolução, a SES/MG providenciará a formalização de instrumento de repasse para o Fundo Municipal de Saúde, observando o valor de repasse remanescente.

Art. 9º - Diante do presente repasse do complemento de teto de que trata esta Resolução, ficam revogados a partir da competência de apuração janeiro/2023, os ressarcimentos de Unidade de Terapia Intensiva e o encontro de contas da Oncologia de Alta Complexidade, que vinham sendo realizados pela SES/MG periodicamente.

Art. 10 - Em observância ao princípio da publicidade e visando garantir a

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

transparência dos recursos, o presente repasse financeiro estadual do complemento de teto será programado na PPI/MG na Forma de Organização 090658 – Complemento Estadual, criada especificamente para este fim, a partir da competência de janeiro de 2023.

Art. 11 – Pontos específicos que eventualmente incorram em omissão de regramento serão dirimidos em fórum deliberativo para este fim.

Art. 12 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2022.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXOS I, II, III E IV DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022
(disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).

MINUTA CIB



ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022.

Metodologia de cálculo para divisão do recurso do complemento de teto de recurso estadual

O complemento de teto com recurso estadual de 100 milhões de reais de que trata esta Resolução foi dividido entre os municípios de atendimento, proporcionalmente à sua participação no valor do déficit financeiro da produção total do estado frente ao recurso federal total do estado, observando o recorte metodológico dos serviços de saúde definidos para tal. A busca do complemento é garantir recurso financeiro suficiente para arcar com os valores de produção para alta complexidade ambulatorial e hospitalar e diárias de leitos de UTI/UCI, no âmbito do SUS/MG.

Cabe ressaltar que os valores utilizados seguem a metodologia aqui descrita e seus recálculos para os anos subsequentes estarão sujeitos a mudanças deliberadas e publicadas nos recursos programados que integrem o escopo.

Para cômputo definiu-se como recorte temporal a utilização da produção aprovada nos sistemas oficiais de informação (SIA e SIH) nas competências de abril a setembro de 2022 e o Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade (Teto MAC) programado na PPI da competência novembro de 2022.

Enquanto recorte metodológico para fins de definição do montante de complemento estadual a ser fixado por município beneficiário, fez-se o cruzamento entre a produção aprovada e Teto MAC programado, conforme recorte temporal, tendo como foco a alta complexidade ambulatorial e hospitalar, além das diárias de leitos de UTI/UCI.

Visando garantir maior transparência dos filtros e valores utilizados para realização do cálculo supracitado, nota técnica específica será publicizada com o detalhamento abrangente, contudo, a título de sinalização, segue os principais aspectos observados:

- No que tange à produção hospitalar:
 - Utilização da produção aprovada nos sistemas oficiais para a alta complexidade hospitalar, financiamento MAC, para os residentes de Minas Gerais, totalizada por município de atendimento;
 - Utilização da produção aprovada nos sistemas oficiais para a média complexidade hospitalar relativa as diárias de UTI/UCI, financiamento MAC, para os residentes de Minas Gerais;
 - Exclusão dos valores relativos à complementação do gestor local;
 - Análise das regras contratuais, de número 7104, 7106 e 7109 para os Hospitais com produção apurada, que foram mantidas uma vez que, embora sua produção não gere crédito para pagamento no SIHD, o pagamento fixado para os estabelecimentos onera o Teto programado, logo, deve ser considerada para cálculo;
 - Exclusão da produção relativa ao subgrupo 0406 - Cirurgia do aparelho circulatório, uma vez que os procedimentos integram o bojo da Qualicardio,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

mantendo-se as cirurgias cobradas com o código de procedimento principal do subgrupo 0415;

- Exclusão da produção relativa ao procedimento 0405050372 – facoemulsificacao com implante de lente intra-ocular dobrável, em razão da estratégia específica em andamento;
- Exclusão da produção relativa aos serviços de hemodinâmica isolados;

- No que tange à produção ambulatorial:

- Utilização da produção aprovada nos sistemas oficiais para a alta complexidade ambulatorial, financiamento MAC, para os residentes de Minas Gerais, totalizada por município de atendimento;
- Análise das regras contratuais:

REGRA CONTRATUAL	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA REGRA CONTRATUAL	MOTIVO
7112	EXCLUÍDA	ESTABELECIMENTO SEM GERAÇÃO DE CREDITO TOTAL - INCLUINDO FAEC - EXCLUSIVO PARA REDE SARAH	ORIENTAÇÃO DO MUNICÍPIO GESTOR DA REGRA
7114	EXCLUÍDA	ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SEM GERAÇÃO DE CRÉDITO TOTAL, INCLUSIVE FAEC - PRONTO ATENDIMENTO	UPA 24H HABILITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE RECEBE INCENTIVO DE CUSTEIO E SUA PRODUÇÃO NÃO ONERA O TETO MAC
7116	EXCLUÍDA	ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SEM GERAÇÃO DE CRÉDITO NA MÉDIA COMPLEXIDADE - LRPD	LABORATÓRIO REGIONAL DE PRÓTESE DENTÁRIA CREDENCIADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE RECEBE INCENTIVO DE CUSTEIO E SUA PRODUÇÃO NÃO ONERA O TETO MAC

- Exclusão da produção FUNED e HEMOMINAS procedimentos são pagos pelo estado:

("2165198";"2759845";"3350908";"3359115";"3436616";"3568504";"3654435";"2695294";"2118610";"2121565";"2126443";"2152622";"2153513";"2158981";"2173131";"2173484";"2179075";"2191415";"2201100";"2206331";"2206641";"2218933";"2761327";"2761416";"2761432";"3313921";"4034325";"6437826";"9735666")

- Exclusão da produção relativa às Formas de Organização 070105 - OPM em gastroenterologia, 070106 - OPM em urologia e 070107 - OPM em odontologia e 070104 OPM em oftalmologia;

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- Exclusão da produção relativa às Formas de Organização 0405050372 referentes a catarata, em razão de estratégia específica em andamento;
- Exclusão da produção relativa à Forma de Organização 080301 - Deslocamento/ajuda de custo
-
- No que tange ao Teto MAC (PPI/MG):
 - Exclusão da programação carimbada como média complexidade ambulatorial ou hospitalar;
 - Exclusão da programação relativa as Formas de Organização ligadas à cirurgia do aparelho circulatório de alta complexidade – 040601; 040602; 040603; 040604; 040605 e 040606;
 - Exclusão da programação vinculada à Forma de Organização 091901 - Catarata;
 - Exclusão da programação vinculada à Forma de Organização 090623 - Serviços Isolados de Hemodinâmica;
 - Exclusão da programação vinculada às Formas de Organização 070105 - OPM em gastroenterologia, 070106 - OPM em urologia;
 - Exclusão da programação vinculada à Forma de Organização 0903172 - Terapia Renal Substitutiva;
 - Exclusão da programação vinculada ao subgrupo 0905 – Incentivos;
 - Exclusão da programação vinculada aos subgrupos 0990 e 0991 – Portarias Ministeriais;
 - Exclusão da programação vinculada à Forma de Organização 090639 Co-Financiamento;
 - Exclusão da programação vinculada à Forma de Organização 090654 - Cessão de Crédito;
 - Exclusão da programação vinculada à Forma de Organização 090628 – PCEP;
 - Exclusão da programação vinculada às Formas de Organização relativas a ressarcimentos e encontro de contas;
 - Exclusão da programação destinada à FUNED, HEMOMINAS e Estado de Minas Gerais;
 - Cômputo dos recursos financeiros programados para municípios de atendimento vinculado as Formas de Organização incluídas na pesquisa, após filtros, relativas à alta complexidade;
 - Análise dos recursos financeiros programados para municípios de atendimento vinculado as Formas de Organização de Futuras Programações (recursos macroalocados), selecionando aqueles que correspondem a recursos vocacionados para Alta Complexidade, conforme segue:

Futuras Programações em Traumatologia-Ortopedia	Não integram o cálculo o valor das Portarias nº 1.410/2012; nº 1.472/2015; nº 1.473/2015 e nº 1.474/2015 por serem consideradas de média complexidade
Futuras Programações em Neurocirurgia	Todos os normativos foram classificados como alta e integram o cálculo

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Futuras Programações em Cirurgia Torácica	Todos os normativos foram classificados como alta e integram o cálculo
Futuras Programações em Assistência a Queimados	Todos os normativos foram classificados como alta e integram o cálculo
Futuras Programações em Oncologia	Deliberação CIB-SUS/MG nº xx, de xx de xxx de 2022
Futuras Programações em UTI	Deliberação CIB-SUS/MG nº xx, de xx de xxx de 2022

Observação: Em que pese o recurso macroalocado de Futuras Programações ser objeto da presente metodologia de cálculo, eventuais programações do recurso de acordo com o desenho de rede assistenciais não estão impedidas. Bem como, a ocorrência destas programações não implica em revisão ou quaisquer compensações do valor do complemento de teto estadual do ano corrente.

A partir da consolidação das seleções supracitadas foi possível obter o valor da produção aprovada e do Teto MAC, por município de atendimento, a ser considerado no cômputo.

Após comparação entre valor programado e executado, obteve-se o valor em déficit de financiamento federal ou de sobra de recurso financeiro. A partir dos montantes obtidos, desconsiderou-se os valores de sobra financeira e, a partir daí, identificou-se o percentual de participação dos municípios no déficit total do estado encontrado e a partir daí proporcionalizou-se o recurso financeiro estadual destinado para essa política entre os beneficiários.

MINUTA CIB



ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº xxx, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022.

Valores do Montante Financeiro definido por Beneficiário – Municípios com gestão de seus prestadores

IBGE	Municípios	Produção abril a setembro de 2022	Teto PPI 2022	Valor da Diferença	Coefficiente de proporcionalização	Valor do Complemento Estadual Disponível
310090	Águas Formosas	42.926,64	497,98	- 42.428,66	0,0480%	47.985,01
310410	Arceburgo	55,10	-	- 55,10	0,0001%	62,32
311090	Campanha	41.901,09	-	- 41.901,09	0,0474%	47.388,35
311940	Coronel Fabriciano	2.083.176,82	1.875.018,53	- 208.158,29	0,2354%	235.418,17
312160	Diamantina	8.002.340,82	7.714.669,28	- 287.671,54	0,3253%	325.344,27
312560	Felisburgo	749,64	-	- 749,64	0,0008%	847,81
313010	Igarapé	164.534,98	-	- 164.534,98	0,1861%	186.082,06
313150	Ipuiúna	21.153,73	-	- 21.153,73	0,0239%	23.923,97
313310	Itanhandu	556.990,05	-	- 556.990,05	0,6299%	629.932,06
313470	Jacinto	111.396,77	-	- 111.396,77	0,1260%	125.985,01
313750	Lagoa Formosa	53.429,68	-	- 53.429,68	0,0604%	60.426,70
313950	Manhumirim	990.556,51	942.297,40	- 48.259,11	0,0546%	54.579,00
313960	Mantena	103.571,72	69.338,60	- 34.233,12	0,0387%	38.716,20
314000	Mariana	4.913,49	4.237,18	- 676,31	0,0008%	764,88
314560	Oliveira	1.666.636,81	1.592.274,16	- 74.362,65	0,0841%	84.100,99
315660	Rubim	1.859,52	-	- 1.859,52	0,0021%	2.103,04
315720	Santa Bárbara	34.692,15	380,54	- 34.311,62	0,0388%	38.804,98
315820	Santa Maria do Suaçuí	15.670,76	446,72	- 15.224,05	0,0172%	17.217,75
316040	Santo Antônio do Monte	1.224.492,00	1.135.433,45	- 89.058,55	0,1007%	100.721,43



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

316070	Santos Dumont	633.600,00	582.921,22	- 50.678,78	0,0573%	57.315,55
316280	São João Evangelista	1.848,19	-	- 1.848,19	0,0021%	2.090,22
317070	Varginha	17.540.626,41	16.173.729,95	- 1.366.896,46	1,5459%	1.545.901,76
310160	Alfenas	19.991.485,11	15.376.608,18	- 4.614.876,93	5,2192%	5.219.229,52
310350	Araguari	3.585.330,54	2.988.944,06	- 596.386,48	0,6745%	674.487,75
310560	Barbacena	8.658.732,40	8.576.849,23	- 81.883,17	0,0926%	92.606,38
310620	Belo Horizonte	200.581.208,04	181.637.645,76	- 18.943.562,28	21,4244%	21.424.363,20
310670	Betim	13.529.015,55	11.278.214,25	- 2.250.801,30	2,5456%	2.545.560,53
310900	Brumadinho	41.629,49	-	- 41.629,49	0,0471%	47.081,18
311340	Caratinga	5.084.309,37	4.489.241,62	- 595.067,75	0,6730%	672.996,31
311430	Carmo do Paranaíba	19.344,60	5.410,22	- 13.934,39	0,0158%	15.759,20
311530	Cataguases	1.239.077,35	955.093,68	- 283.983,67	0,3212%	321.173,46
311730	Conceição das Alagoas	42.265,54	-	- 42.265,54	0,0478%	47.800,53
311800	Congonhas	186.984,61	1.105,00	- 185.879,61	0,2102%	210.221,93
311830	Conselheiro Lafaiete	2.394.444,00	1.917.117,18	- 477.326,82	0,5398%	539.836,34
311880	Coração de Jesus	44.066,07	-	- 44.066,07	0,0498%	49.836,85
312230	Divinópolis	22.962.619,43	18.910.410,37	- 4.052.209,06	4,5829%	4.582.876,10
312710	Frutal	3.916,55	2.493,89	- 1.422,67	0,0016%	1.608,97
312770	Governador Valadares	24.196.112,91	18.488.597,80	- 5.707.515,11	6,4550%	6.454.956,83
312800	Guanhães	1.053.409,74	889.821,90	- 163.587,84	0,1850%	185.010,89
313130	Ipatinga	23.185.707,37	17.798.160,58	- 5.387.546,79	6,0931%	6.093.086,27
313170	Itabira	6.285.570,13	5.759.700,76	- 525.869,37	0,5947%	594.735,88
313440	Iturama	160.832,37	-	- 160.832,37	0,1819%	181.894,57
313510	Janaúba	3.423.953,37	3.143.942,45	- 280.010,92	0,3167%	316.680,44
313520	Januária	265.999,36	205.535,34	- 60.464,03	0,0684%	68.382,24
313620	João Monlevade	1.286.794,49	770.670,93	- 516.123,56	0,5837%	583.713,80



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

313670	Juiz de Fora	40.179.034,30	34.848.728,29	- 5.330.306,01	6,0283%	6.028.349,38
313820	Lavras	3.470.392,07	3.415.980,06	- 54.412,01	0,0615%	61.537,67
313940	Manhuaçu	3.109.812,78	2.900.083,88	- 209.728,90	0,2372%	237.194,46
314310	Monte Carmelo	86.625,85	29.001,10	- 57.624,76	0,0652%	65.171,15
314330	Montes Claros	37.477.424,63	35.844.527,32	- 1.632.897,31	1,8467%	1.846.737,40
314610	Ouro Preto	2.008.722,99	1.858.532,54	- 150.190,45	0,1699%	169.859,01
314710	Pará de Minas	2.820.649,21	2.113.537,38	- 707.111,83	0,7997%	799.713,41
314800	Patos de Minas	5.597.144,05	5.364.794,20	- 232.349,85	0,2628%	262.777,80
315180	Poços de Caldas	14.463.583,20	11.606.940,12	- 2.856.643,08	3,2307%	3.230.741,82
315210	Ponte Nova	8.390.827,65	7.563.149,36	- 827.678,29	0,9361%	936.068,94
315250	Pouso Alegre	21.522.867,89	14.669.959,22	- 6.852.908,67	7,7503%	7.750.348,23
315460	Ribeirão das Neves	455.288,11	150.022,97	- 305.265,14	0,3452%	345.241,89
315690	Sacramento	131.434,01	-	- 131.434,01	0,1486%	148.646,27
315780	Santa Luzia	984.094,02	581.410,43	- 402.683,59	0,4554%	455.418,01
316250	São João del Rei	7.941.510,54	6.958.559,13	- 982.951,41	1,1117%	1.111.676,24
316370	São Lourenço	3.234.002,31	2.950.960,35	- 283.041,96	0,3201%	320.108,42
316470	São Sebastião do Paraíso	4.070.426,21	3.405.218,69	- 665.207,52	0,7523%	752.321,41
316720	Sete Lagoas	7.476.735,81	7.144.475,01	- 332.260,80	0,3758%	375.772,83
316860	Teófilo Otoni	9.970.103,07	9.171.614,74	- 798.488,33	0,9031%	903.056,34
317020	Uberlândia	35.022.663,28	33.730.161,00	- 1.292.502,28	1,4618%	1.461.765,10
317120	Vespasiano	28.800,00	4.880,78	- 23.919,23	0,0271%	27.051,63
317130	Viçosa	3.128.688,38	2.924.200,02	- 204.488,36	0,2313%	231.267,64

MINUTA CIB



ANEXO III DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº ,DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022.

Valores do Montante Financeiro definido por Beneficiário–Prestadores sob gestão estadual de natureza jurídica pública

IBGE	Municípios	Produção abril a setembro de 2022	Teto PPI 2022	Valor da Diferença	Coefficiente de proporcionalização	Valor do Complemento Estadual Disponível
310110	Aimorés	749,64	-	- 749,64	0,0008%	847,81
310150	Além Paraíba	799.734,04	658.064,33	- 141.669,71	0,1602%	160.222,41
310690	Bicas	3.140,70	-	- 3.140,70	0,0036%	3.552,00
311330	Carangola	4.885.245,16	3.480.794,56	1.404.450,60	1,5884%	1.588.373,89
311510	Cássia	18.924,67	10.482,51	- 8.442,17	0,0095%	9.547,73
311660	Cláudio	744,96	-	- 744,96	0,0008%	842,52
311750	Conceição do Mato Dentro	40,45	-	- 40,45	0,0000%	45,75
313190	Itabirito	112.518,09	78.430,00	- 34.088,09	0,0386%	38.552,18
313290	Itamogi	1.343,75	-	- 1.343,75	0,0015%	1.519,72
313720	Lagoa da Prata	1.098.816,64	931.885,65	- 166.930,99	0,1888%	188.791,85
314390	Muriaé	33.392.583,02	26.524.988,50	6.867.594,52	7,7670%	7.766.957,30
314500	Nova Ponte	165,00	-	- 165,00	0,0002%	186,61
314790	Passos	18.988.066,54	12.199.077,18	6.788.989,36	7,6781%	7.678.058,20
315140	Pitangui	825,00	-	- 825,00	0,0009%	933,04
315580	Rio Pomba	2.876,28	-	- 2.876,28	0,0033%	3.252,95
316990	Ubá	4.010.070,57	3.679.678,51	- 330.392,06	0,3737%	373.659,36
317200	Visconde do Rio Branco	1.030.200,00	929.205,11	- 100.994,90	0,1142%	114.220,93



ANEXO IV DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022.

Indicador de monitoramento

1. **Indicador:** Percentual de execução de produção de alta complexidade ambulatorial e hospitalar e UTI.
2. **Descrição:** O indicador visa acompanhar o percentual da produção aprovada aferida no respectivo período, de acordo com metodologia descrita nesta Resolução, buscando garantir um valor em 2023, igual ou superior ao percentual obtido entre abril a setembro de 2022.
3. **Método de Cálculo:** $(\text{Valor financeiro total da produção de alta complexidade ambulatorial e hospitalar aprovada entre abril e setembro de 2023}^* / \text{Valor financeiro do Teto MAC de alta complexidade hospitalar e ambulatorial programado na PPI/MG de novembro de 2023}^{**}) \times 100$

*a aferição da produção em questão está sujeita a metodologia descrita no Anexo I desta Resolução

** a aferição do valor financeiro em questão está sujeita a metodologia descrita no Anexo I desta Resolução

4. Descrição dos Termos Usados:

Valor financeiro total da produção de alta complexidade ambulatorial e hospitalar aprovada = valor financeiro aprovado no SIA e SIHD, financiamento MAC, conforme a metodologia descrita no Anexo I desta Resolução

Valor financeiro do Teto MAC de alta complexidade hospitalar e ambulatorial programado na PPI/MG = trata do montante financeiro federal, programado na PPI/MG do período avaliado, conforme a metodologia descrita no Anexo I desta Resolução

5. **Fonte:** SIASUS, SIHD e PPI/MG
6. **Unidade de Medida:** Percentual
7. **Polaridade:** Maior, melhor
8. **Meta Quantitativa:** 100% de execução do Limite Financeiro Alta Complexidade (Teto MAC) alcançado entre abril a setembro/2023.

*a aferição da produção em questão está sujeita a metodologia descrita no Anexo I desta Resolução

** a aferição do valor financeiro em questão está sujeita a metodologia descrita no Anexo I desta Resolução

9. **Número de Períodos de Monitoramento:** 1

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

10. **Periodicidade (Meses):** 12

11. **Data Inicial:** A partir da assinatura do instrumento de repasse.

MINUTA CIB